

EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Expresso em reais)

ATIVO	Nota	2022	2021	PASSIVO	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	12.400.130	10.073.029	Fornecedores a pagar	12	561.547	336.359
Clientes	4	2.249.700	3.041.078	Salários e encargos a pagar	13	906.744	179.442
Estoques	5	17.349	248.237	Programa de desligamento voluntário - PDV	14	-	4.955.504
Tributos a recuperar	6	967.463	3.909.568	Provisões trabalhistas	15	5.459.839	7.668.877
Adiantamentos concedidos	7	193.490	186.194	Obrigações sociais e fiscais a pagar	16	3.115.298	1.934.392
Outros créditos	8	754.411	794.518	Provisão para IRPJ e CSLL	17	319.853	82.492
Despesas antecipadas		0	9.822	Outras obrigações a pagar	18	984.557	917.689
		16.582.543	18.262.446			11.347.838	16.074.755
Não Circulante				Não Circulante			
Tributos a recuperar	6	-	424.257	Obrigações sociais e fiscais parceladas	19	3.015.825	6.325.912
Outros créditos	8	2.305.128	2.305.128	Provisões trabalhistas de longo prazo	20	4.145.034	-
Depósitos judiciais e cauções	9	6.189.784	6.189.784			7.160.859	6.325.912
Investimentos		8.116	8.116				
Imobilizado	10	7.565.020	6.422.383	Patrimônio Líquido	21		
Intangível	11	3.251.502	4.208.494	Capital social		6.900.000	6.900.000
		19.319.550	19.558.162	Reservas de capital		5.271.493	5.271.493
				Lucros acumulados		3.248.448	2.779.239
				Resultado do exercício		1.973.455	469.209
						17.393.396	15.419.941
Total do Ativo		35.902.093	37.820.608	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		35.902.093	37.820.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


 Bernardo Juarez D'Almeida
 Diretor Presidente
Bernardo D'Almeida
 Diretor Presidente
 Emprel Mat. 900486


 Vitor Pavoni
 Diretor Administrativo-Financeiro


 Marcelo Guerra de Araújo Ferreira
 Contador
 CRC/PE-022352-0/0

EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Expresso em reais)

	2022	2021
Fluxos de caixas das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	1.973.455	469.209
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação do imobilizado	1.333.672	1.066.143
Amortização do intangível	984.188	493.814
Programa de desligamento voluntário - PDV	(4.955.504)	4.955.504
Lucro líquido do exercício ajustado	(664.189)	6.984.670
Varição de ativos e de passivos operacionais:		
Clientes	791.378	-
Estoques	230.888	(227.938)
Tributos a recuperar	3.366.362	2.050.298
Adiantamentos concedidos	(7.296)	-
Outros créditos	40.107	2.881
Despesas antecipadas	9.822	-
Fornecedores e contas a pagar	225.188	(1.215.730)
Salários e encargos a pagar	727.302	(455.317)
Obrigações sociais e fiscais a pagar	(651.387)	(433.938)
Imposto de renda e contribuição social	237.361	82.492
Obrigações sociais e fiscais parceladas	(3.310.087)	(1.676.538)
Outras obrigações a pagar	1.899.161	66.571
Provisões trabalhistas	1.935.996	-
	5.494.795	(1.807.219)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	4.830.606	5.177.451
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisições de ativo intangível	(27.195)	(4.169.519)
Aquisições de ativo imobilizado	(2.476.309)	(190.385)
Fluxo de caixa decorrente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(2.503.505)	(4.359.904)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	-	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.327.101	817.547
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.073.029	9.255.482
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.400.130	10.073.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Bernardo Juarez D'Almeida
 Diretor Presidente

Bernardo D'Almeida
 Diretor Presidente
 Emprel Mat. 900486

Vitor Pavese
 Diretor de Administrativo-Financeiro

Marcelo Guerra de Araújo Ferreira
 Contador
 CRC: PE-022352-0/0



EMPREL EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Expresso em reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.900.000	5.271.493	2.779.239	14.950.732
Resultado do exercício	-	-	469.209	469.209
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.900.000	5.271.493	3.248.448	15.419.941
Resultado do exercício	-	-	1.973.455	1.973.455
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.900.000	5.271.493	5.221.903	17.393.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Bernardo Juarez D'Almeida
Diretor Presidente

Bernardo D'Almeida
Diretor Presidente
Emprel Mat. 900486

Vitor Pavesi
Diretor Administrativo-Financeiro

Marcelo Guerra de Araújo Ferreira
Contador
CRC: PE-022352-O/0

EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Expresso em reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	22	6.516.262	7.386.090
Custos dos serviços prestados	23	(37.296.931)	(34.590.427)
Prejuízo bruto		(30.780.669)	(27.204.337)
Despesa com pessoal e encargos	24	(18.292.088)	(16.447.994)
Sentenças judiciais		(88.136)	(620.602)
Planos de demissão voluntária - PDV/Indenizações		(631.778)	(9.532.708)
Despesas gerais e administrativas	25	(10.057.961)	(9.469.147)
Despesas tributárias e contributivas		(17.446)	(58.319)
Perdas com estoques		(354.245)	-
Materiais de consumo		(104.248)	(66.143)
Desincorporação de passivos		180.310	552.929
Perda de ativos e incorporação de passivos		(4.598.228)	-
Depreciações e amortizações		(2.317.860)	(1.559.957)
Transferências financeiras recebidas do município		66.687.535	63.566.643
Indenizações e restituições		558.010	1.700.931
		30.963.865	28.065.633
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		183.195	861.296
Receitas Financeiras		5.516.095	131.285
Despesas financeiras		(2.738.843)	(228.567)
Resultado financeiro Líquido		2.777.253	(97.282)
Resultado antes dos impostos		2.960.448	764.014
Contribuição social		(270.881)	(111.523)
Imposto de renda		(716.112)	(183.282)
		(986.992)	(294.805)
Resultado do exercício		1.973.455	469.209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


 Bernardo Juarez D'Almeida
 Diretor Presidente
Bernardo D'Almeida
 Diretor Presidente
 Emprel Mat. 900486

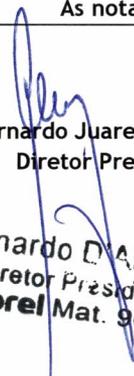

 Vitor Pavesi
 Diretor Administrativo-Financeiro


 Marcelo Guerra de Araújo Ferreira
 Contador
 CRC: PE-022352-0/0

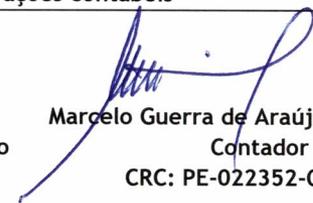
EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Expresso em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado líquido do exercício	1.973.455	429.209
Outros resultados abrangentes: Ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	<u>1.973.455</u>	<u>429.209</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis


Bernardo Juarez D'Almeida
Diretor Presidente


Vítor Pavese
Diretor de Administrativo-Financeiro


Marcelo Guerra de Araújo Ferreira
Contador
CRC: PE-022352-0/0

Bernardo D'Almeida
Diretor Presidente
Emprel Mat. 900486

Emprel



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

MARÇO/2023

PREFEITURA DO RECIFE
EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA
Rua do Brum, 123 - 2º e 3º Andares - Bairro do Recife - Recife/PE
- CEP: 50.030-260 - TELEFONE: (81) 3355.7000
CNPJ: 11.006.269/0001-00
www.emprel.gov.br

Conteúdo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Balanço Patrimonial

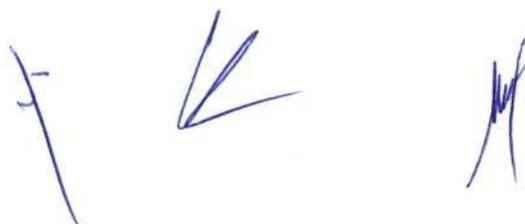
Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em reais)

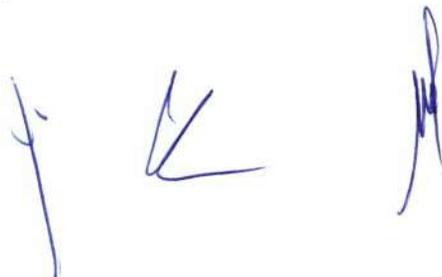
Nota 1 - Contexto operacional

1.1. Denominação, Natureza, Sede, Duração e Objeto

A Empresa Municipal de Informática - EMPREL é uma empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo seu Estatuto, pelas normas regimentais que adotar e pela legislação que lhe seja aplicável.

A EMPREL tem sede e foro nesta Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco e o prazo de duração é indeterminado.

A EMPREL tem como objetivos: I - garantir a integridade de toda a base de dados do Governo do Município do Recife, patrimônio intangível do Município do Recife; II - propor diretrizes e normas para um padrão de soluções em Tecnologia da Informação que assegure integridade, articulação, integração e portabilidade entre os sistemas; III - prover a Administração do Município do Recife de Soluções em Tecnologia de Informação, de acordo com as necessidades de cada órgão ou entidade, observadas as diretrizes e normas definidas mediante termo ou ajuste; IV - garantir o padrão tecnológico preferencial a ser utilizado nas soluções em TI desenvolvidas ou adquiridas pelo Município do Recife; V - planejar e gerenciar toda a Infraestrutura de TI da Administração do Município do Recife, de modo a garantir o atendimento da necessidade de recursos tecnológicos decorrentes da expansão das aplicações; VI - acompanhar as iniciativas de uso da Tecnologia da Informação, assessorando os diversos órgãos e entidades da Administração do Município do Recife, fazendo avaliação e emitindo pareceres com base nas normas, diretrizes e padrões, de modo a preservar a segurança, a integridade e a portabilidade das informações produzidas por cada sistema; VII - manter o acervo de regras de negócios, sistemas e aplicativos do Município; VIII - prover de Data Center para operações em Missão Crítica; IX - promover a busca permanente da melhoria da qualidade do atendimento aos diversos órgãos e entidades da Administração do Município do Recife, otimizando métodos e processos internos de construção e manutenção das soluções em TI; X - buscar maior independência tecnológica; XI - assegurar um processo permanente de pesquisa de novas soluções em TI para apresentar aos diversos órgãos e entidades da Administração do Município do Recife; XII - propor e prover soluções em TI que deem suporte às Políticas do Governo de Inclusão Digital; XIII



- zelar para que as soluções em TI da Administração do Município do Recife sejam desenvolvidas buscando sempre a melhor interação do Cidadão com o Governo; XIV - desenvolver alternativas de autossustentabilidade, inclusive através da prestação de serviços de assessoramento técnico e comercialização de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC junto aos setores público e privado; XV - prover, direta ou indiretamente, soluções de TIC aos órgãos e entidades do Município do Recife e aos demais segmentos dos setores público e privado, inclusive aquelas que dizem respeito a projetos de informatização, redes de comunicação, sistemas computacionais, acesso à Internet e soluções de geotecnologias, mediante lavratura de termo ou ajuste; XVI - garantir, direta ou indiretamente, a gestão e a manutenção dos ativos de TIC do Município, mediante lavratura termo ou ajuste; XVII - aprovar através de pareceres técnicos formais, a contratação de todos os produtos e serviços de TIC oferecidos e negociados para e pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta do município do Recife; XVIII - executar quaisquer serviços pertinentes às suas finalidades; XIX - estimular a integração entre suas atividades produtivas, a pesquisa e o ensino, promovendo a realização de treinamentos, estágios e residência em Software.

1.2. Base contábil de continuidade operacional

As demonstrações contábeis da EMPREL são elaboradas de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira que se aplicam as sociedades em curso normal de suas atividades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2022 a EMPREL incorreu no lucro líquido de R\$ 1.973.455 e apresentava uma liquidez geral positiva no montante de R\$ 6.568.758. Entretanto, existiam saldos de contas patrimoniais ativas oriundos de exercícios anteriores no montante de R\$ 8.494.912, sem perspectiva de recebimento, para os quais não houve a avaliação e registro da perda. Caso houvesse a necessidade regularização pela baixa integral dos saldos patrimoniais ativos na data das demonstrações contábeis, a EMPREL passaria a apresentar uma liquidez geral negativa no montante de R\$ 1.926.154 e, por conseguinte, da necessidade de resultados futuros e/ou aporte de recursos em montante suficiente para quitação das suas obrigações. Em relação a esse assunto, a administração da EMPREL entende assegurada a continuidade de suas operações pelo fato de que a Prefeitura da Cidade do Recife terá responsabilidade subsidiária no caso de insuficiência de recursos.



Nota 2 - Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis referem-se a uma entidade individual e foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e pelos pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Autorização das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da EMPREL para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para a emissão pela administração da EMPREL em 16 de março de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

2.3. Principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela exerce sua atividade (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), a moeda funcional.

2.3.2. Sistema contábil utilizado

A EMPREL adota o Sistema Cooperativo utilizado pela administração do Município do Recife, tendo em vista a EMPREL ser dependente do tesouro municipal. O sistema atende à contabilidade pública (Lei nº 4.320/1964), sendo assim, para atender a contabilidade societária (Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores), foram elaboradas fora do sistema da contabilidade pública, através de planilhas e informações extracontábeis, demonstrativos conforme as normas societárias: o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração do resultado



abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa.

A elaboração desses demonstrativos se deu através das contas contidas no sistema de contabilidade pública, ajustadas conforme as normas societárias.

2.3.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.3.4. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A EMPREL reconhece os ativos financeiros com depósitos e aplicações financeiras inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado), quando aplicável, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a EMPREL se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A EMPREL deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a EMPREL transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela EMPREL nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor apresentado no balanço patrimonial quando, a EMPREL tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados nas obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A EMPREL reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) - quando aplicável, são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a EMPREL se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A EMPREL baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a EMPREL tenha do direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A EMPREL tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: impostos e contribuições a recolher e parcelados, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.



2.3.5. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e está representado por matéria de consumo.

2.3.6. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção ou reavaliação, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados.

Ganho ou perda na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil de item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a EMPREL e que o seu custo possa ser medido de forma confortável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

O custo estimado do item de um equipamento que deva ser substituído anualmente pelo contabilizado como um componente dos custos do equipamento e depreciação durante período seguinte. Os custos de manutenção periódica normalmente são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhoram a capacidade produtiva, ou ampliam sua vida útil, ou ainda não introduzam aprimoramentos técnicos aos equipamentos.



Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas 5 anos
- Bens de informática 5 anos
- Móveis e utensílios 10 anos
- Veículos 5 anos

2.3.7. Intangível

Tendo em vista seu objeto social, a EMPREL frequentemente despense recursos ou contrai obrigações com a aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento de recursos intangíveis como conhecimento científico ou técnico, projeto e implantação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual e conhecimento mercadológico. Os itens do ativo intangível são compostos por softwares, marcas, direitos e patentes.

Reconhecimento e mensuração

A EMPREL avalia a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representem a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do intangível.

Amortização

O valor amortizável do ativo intangível com vida útil definida é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização é iniciada a partir do momento em que o ativo está disponível para uso, ou seja, quando se encontra no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração.



2.3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a EMPREL tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.3.9. Receita operacional

A receita operacional da prestação de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à prestação dos serviços são transferidos para o contratante, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a EMPREL, de que os custos associados e o possível cancelamento dos serviços pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços prestados, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme os serviços são reconhecidos.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de serviços. A transferência normalmente ocorre quando o serviço é prestado para o cliente, seja nas dependências da EMPREL ou do cliente.

2.3.10. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de aplicações financeiras, descontos obtidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado - quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, despesas com juros sobre impostos e contribuições parcelados.



2.3.11. Tributação

Os cálculos dos impostos e das contribuições, bem como suas respectivas declarações de rendimentos e obrigações acessórias, exigíveis na forma da legislação vigente, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data de pagamento ou entrega das declarações de rendimentos e das obrigações acessórias.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com o imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados às combinações de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

45



Nota 3 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos conta movimento	8.187.968	10.073.029
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4.212.162	0
	<u>12.400.130</u>	<u>10.073.029</u>

Refere-se ao saldo de bancos conta movimento e aplicações financeiras. As aplicações financeiras são de liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a aplicações financeiras em Fundos de Investimentos em Renda Fixa administrados pelo Banco do Brasil S.A. e pela Caixa Econômica Federal.

Nota 4 - Clientes

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Faturas e duplicatas a receber	2.249.700	3.041.078
	<u>2.249.700</u>	<u>3.041.078</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta fatura a receber de clientes é remanescente de exercícios anteriores. Nessa data, não houve avaliação sobre a possibilidade de realização das faturas e duplicatas a receber, nem constituição de provisão para perdas, por se tratarem de débitos de clientes integrantes da Administração Pública do Recife. A diretoria da EMPREL, ainda, vem adotando práticas como a circularização aos credores com o intuito de recebimento dos créditos.

Nota 5 - Estoques

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Material de consumo	17.349	248.237
	<u>17.349</u>	<u>248.237</u>

O saldo em 31 de dezembro de 2022 refere-se aos itens de material de consumo em estoque.



Nota 6 - Tributos a recuperar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo circulante		
IRRF a compensar	265.458	180.595
ISS a compensar (i)	0	1.282.574
Contribuição ao RGPS a compensar (ii)	474.907	1.789.953
PIS/PASEP a recuperar	42.277	44.989
COFINS a recuperar	184.821	0
IRPF a compensar (i)	0	441.231
PIS/COFINS/CSLL - Lei 10.833/2003 (i)	0	21.734
Outros tributos a compensar (i)	0	148.492
	<u>967.463</u>	<u>3.909.568</u>

- (i) Foram registrados ajustes em decorrência de prescrição e perda de créditos tributários.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo não circulante		
Contribuição ao RGPS a compensar (ii)	0	424.257
	<u>0</u>	<u>424.257</u>

- (ii) Os créditos da contribuição ao RGPS são provenientes de pagamentos a maior de exercícios anteriores e foram utilizados na compensação de débitos da contribuição ao RGPS retida dos segurados.



Nota 7 - Adiantamentos concedidos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamentos de salários	79.938	79.938
Adiantamentos de salários - contratação	63.125	63.125
Suprimento de fundos	50.427	43.131
	<u>193.490</u>	<u>186.194</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a maior parte dos saldos de adiantamentos concedidos é remanescente de exercícios anteriores.

Nota 8 - Outros créditos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo circulante		
Tomada de contas especial	174.111	174.111
Depósitos restituíveis e valores vinculados	132.971	132.971
Valores em trânsito realizáveis	446.990	446.990
Créditos a receber - salário família	339	11.368
Créditos a receber - salário maternidade	0	16.160
Créditos a receber - exercícios anteriores	0	12.918
	<u>754.411</u>	<u>794.518</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo não circulante		
Outros créditos a receber	2.305.128	2.305.128
	<u>2.305.128</u>	<u>2.305.128</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a maioria dos saldos de outros créditos registrados no ativo circulante e no ativo não circulante são remanescentes de exercícios anteriores.



Nota 9 - Depósitos judiciais e cauções

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos e cauções - contratos ou convenções	1.107.785	1.107.785
Depósitos judiciais	4.953.878	4.953.878
Depósitos para interposição de recursos	111.832	111.832
Depósitos compulsórios	16.289	16.289
	<u><u>6.189.784</u></u>	<u><u>6.189.784</u></u>

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos das contas depósitos judiciais e cauções são remanescentes de exercícios anteriores.

Nota 10 - Imobilizado

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	3.603.371	3.599.745
Bens de informática	23.362.927	20.984.879
Móveis e utensílios	2.072.762	2.063.367
Material de cultura, educacional e comunicação	243.723	158.483
Veículos	88.618	88.618
Obras em andamento	41.544	41.544
Bens móveis em almoxarifado	79.106	79.106
(-) Depreciação acumulada	(21.927.031)	(20.593.359)
	<u><u>7.565.020</u></u>	<u><u>6.422.383</u></u>



Movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2022:

Descrição	2022							2021
	Taxa Anual de Depreciação	Custo de Aquisição	Aquisição do Período	Baixa/ Transferência	Depreciação do Período	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido ajustado
Máquinas, apar., equip. e fer.	10%	3.599.745	3.626	-	(100.146)	(2.919.187)	684.184	3.599.745
Bens de informática	20%	20.984.879	2.378.048	-	(1.111.948)	(17.530.849)	5.832.078	20.984.879
Móveis e utensílios	10%	2.063.367	9.395	-	(103.228)	(1.315.895)	756.867	2.063.367
Mat. de cultura, educ. e com.	10%	158.483	85.240	-	(18.351)	(84.571)	159.152	158.483
Veículos	20%	88.618	-	-	-	(76.528)	12.090	88.618
Obras em andamento	-	41.543	-	-	-	-	41.543	41.544
Bens móveis em almoxarifado	-	79.106	-	-	-	-	79.106	79.106
		27.015.741	2.476.309	-	(1.333.672)	(21.927.031)	7.565.020	27.015.742



Nota 11 - Intangível

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Softwares	34.554.286	34.527.091
Marcas, direitos e patentes	54.336	54.336
(-) Amortização acumulada	(31.357.121)	(30.372.933)
	<u>3.251.501</u>	<u>4.208.494</u>

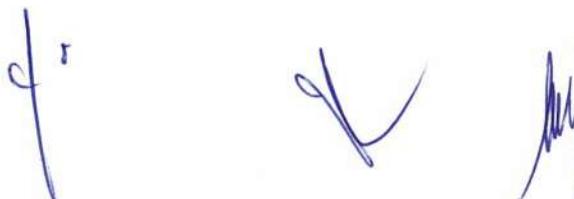
Nota 12 - Fornecedores a pagar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços de tecn. da inform. e comunic. a pagar	24.652	189.429
Equipamentos e material permanente a pagar	0	116.649
Material de consumo a pagar	1.180	10.601
Premiações a pagar	0	2.700
Serviços de consultoria a pagar	0	16.000
Outros serviços a pagar	535.715	980
	<u>561.547</u>	<u>336.359</u>

Nota 13 - Salários e encargos a pagar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Pessoal a pagar	3.052	65.730
Benefícios assistenciais a pagar	-	0
FGTS a pagar	340.293	0
Contribuição ao RGPS a pagar	70.616	54.239
Contribuições ao RGPS parceladas a pagar	417.074	0
Outros encargos sociais	75.710	59.473
	<u>906.744</u>	<u>179.442</u>

Os tributos parcelados a pagar constam na Nota Explicativa 19.



Nota 14 - Provisão de desligamento voluntário - PDV

	2022	2021
Provisão de desligamento voluntário - PDV	-	4.955.504
	-	4.955.504

Por meio da Lei Municipal nº 18.811, de 07 de julho de 2021, foi instituído o “Programa de Desligamento Voluntário - PDV” dos empregados públicos da Administração Indireta do Município do Recife.

No exercício de 2021, considerando que a segunda parcela da indenização do Programa de Desligamento Voluntário - PDV seria paga na folha de pagamento do mês de março de 2022, mas se tratava de despesas incorridas até o exercício de 2021, a EMPREL nos termos das normas vigentes, procedeu ao registro da provisão para indenização na data das demonstrações contábeis, vindo a reverter a provisão devido ao pagamento ocorrido no exercício de 2022.

Nota 15 - Provisões trabalhistas

De acordo com o departamento pessoal da EMPREL, as provisões trabalhistas apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2022.

	2022	2021
Provisão para férias	3.716.121	5.114.998
Provisão para 13º salário	1.254.470	0
Provisão de INSS sobre férias	0	1.830.535
Provisão de FGTS sobre férias	297.288	467.065
Provisão de INSS sobre 13º salário	0	182.365
Provisão de FGTS sobre 13º salário	191.959	73.914
	5.459.839	7.668.877

As provisões de INSS sobre férias e INSS sobre o décimo terceiro salário não são registradas em virtude da opção da EMPREL pela Desoneração da Folha de Pagamento, conforme estabelecido pela Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, alterada pela Lei nº 14.288, de 31 de dezembro de 2021, tendo suas contribuições previdenciárias apuradas sobre o valor da receita bruta.



Nota 16 - Obrigações sociais e fiscais a pagar

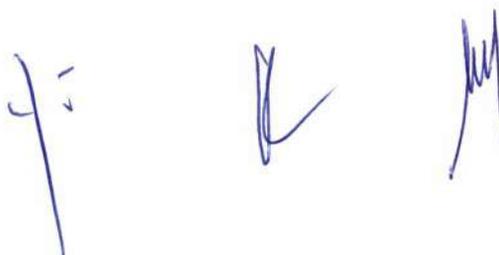
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IRPJ e CSLL parcelados a pagar	1.036.920	0
ISS parcelado a pagar	246.085	0
IRRF a recolher	951.336	365.802
Pensão alimentícia	4.856	4.856
PIS/COFINS/CSLL a recolher	185.737	160.883
Consignações do município - ISS	92.626	89.226
INSS sobre folha a recolher	348.829	567.603
INSS sobre serviços PF a recolher	2.956	5.370
INSS sobre serviços PJ a recolher	121.597	106.903
IRPJ a recolher	53.302	47.251
ISS a recolher	0	481.336
Outros tributos a recolher	0	6.998
Outras consignações	71.054	98.164
	<u>3.115.298</u>	<u>1.934.392</u>

Os tributos parcelados a pagar constam na Nota Explicativa 19.

Nota 17 - IRPJ e CSLL a pagar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IRPJ e CSLL a pagar	319.853	82.492
	<u>319.853</u>	<u>82.492</u>

Refere-se ao imposto de renda e a contribuição social a pagar apurados com base no lucro do exercício corrente. Durante o exercício de 2022 foram recolhidos, com base nos balancetes de redução e/ou suspensão, os valores de R\$ 456.513 de IRPJ e R\$ 170.824,77 de CSLL.



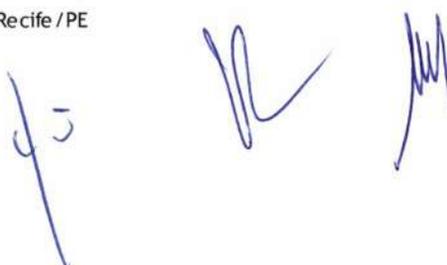
Nota 18 - Outras contas a pagar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos não judiciais	120.438	120.438
Consignações bancárias	133.048	126.870
Consignações de associações	11.756	14.041
Consignações de seguros e prev. privada	33.517	33.477
Consignações de sindicatos	7.236	6.233
Consignações dos planos de saúde	652.152	589.912
Outros consignatários	26.410	26.718
	<u>984.557</u>	<u>917.689</u>

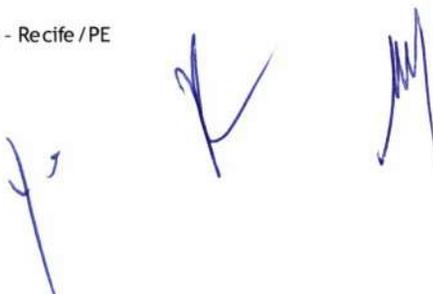
Nota 19 - Obrigações sociais e fiscais parceladas

Passivo Circulante:	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contribuições ao RGPS parceladas a pagar (a)	417.074	0
IRPJ e CSLL parcelados a pagar (b)	1.036.920	0
ISS parcelado a pagar (c)	246.085	0
	<u>1.700.079</u>	<u>0</u>

Passivo Não Circulante:	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Parcelamento do FGTS (d)	287.272	287.272
PGFN - INSS - parcelamento Lei 13.496/2017 (a)	2.537.200	3.371.348
Outros tributos e contribuições parcelados (c)	191.353	2.667.292
	<u>3.015.825</u>	<u>6.325.912</u>



- (a) Parcelamento Previdenciário (RGPS) - refere-se ao parcelamento do Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional instituído por meio da Lei Nº 13.496, de 24 de outubro de 2017. Em 31 de dezembro de 2022, restavam 85 parcelas de R\$ 34.756,16 a serem pagas, totalizando o montante de R\$ 2.954.273,60. As parcelas são atualizadas de acordo com a variação da taxa Selic. Apesar do passivo ter sido constituído em nome da EMPREL, a liquidação vem sendo realizada pela Prefeitura do Recife. Os débitos estão inscritos na Dívida Fundada da Prefeitura da Cidade do Recife.
- (b) O saldo da conta IRPJ e CSLL parcelados a pagar é composto da seguinte forma: (i) Parcelamento IRPJ código 2456 junto a Receita Federal do Brasil. Em 31 de dezembro de 2022, restavam 12 parcelas de R\$ 62.930,25 a serem pagas, totalizando o montante de R\$ 755.163,00. As parcelas são atualizadas de acordo com a variação da taxa Selic. Apesar do passivo ter sido constituído em nome da EMPREL, a liquidação vem sendo realizada pela Prefeitura da Cidade do Recife. (ii) Parcelamento CSLL código 6773 junto a Receita Federal do Brasil. Em 31 de dezembro de 2022, restavam 12 parcelas de R\$ 23.479,75 a serem pagas, totalizando o montante de R\$ 281.757,00. As parcelas são atualizadas de acordo com a variação da taxa Selic. Apesar do passivo ter sido constituído em nome da EMPREL, a liquidação vem sendo realizada pela Prefeitura da Cidade do Recife.
- (c) Parcelamento ISS junto a Prefeitura do Recife. Em 31 de dezembro de 2022, restavam 20 parcelas de R\$ 21.871,91 a serem pagas, totalizando o montante de R\$ 437.438,20. As parcelas são atualizadas com juros de 1% ao mês, mais a variação do IPCA. Apesar do passivo ter sido constituído em nome da EMPREL, a liquidação vem sendo realizada pela Prefeitura da Cidade do Recife. Os débitos estão inscritos na Dívida Fundada da Prefeitura da Cidade do Recife.
- (d) Parcelamento do FGTS junto à Caixa Econômica Federal. O saldo é composto por 26 parcelas de R\$ 11.048,94. O parcelamento encontra-se suspenso judicialmente.



Nota 20 - Contingências passivas

	2022	2021
Provisão para indenizações trabalhistas de longo prazo	4.145.034	-
	4.145.034	-

Para a data base de 31 de dezembro de 2022, a administração da EMPREL solicitou de seus assessores jurídicos, uma avaliação de todos os processos envolvendo as áreas administrativa, trabalhista, cível, tributária e ambiental, considerando o prognóstico de perda provável, possível e remota. Nessa data, de acordo com o relatório dos assessores jurídicos, a posição das ações estava demonstrada da seguinte forma:

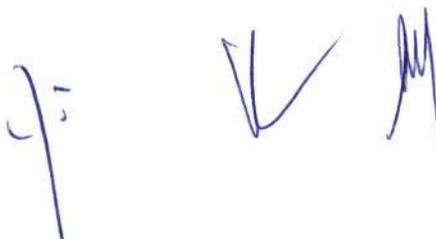
20.1. Processos na esfera judicial

a) ações trabalhistas: 4 (quatro) ações trabalhistas com o prognóstico de perda provável no montante estimado de R\$ 3.590.568,15 e 6 (seis) ações trabalhistas com o prognóstico de perda possível no montante estimado de R\$ 1.399.992,29; b) ações tributárias: 1 (uma) ação fiscal previdenciária com o prognóstico de perda provável no montante estimado de R\$ 554.466,28; e c) ações cíveis: 2 (duas) ações cíveis com o prognóstico de perda possível no montante estimado de R\$ 870.000,00.

20.2. Processos na esfera administrativa

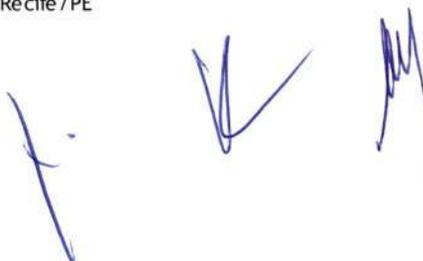
Processo	Documento de Lançamentos	Valor
11277.725892/2020-83	Débitos previdenciários (i)	10.144.127,93
10480-720.437/2022-85	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (ii)	1.706.513,82
10480-720.437/2022-85	Contribuição para o PIS/PASEP (ii)	365.611,79
11274-720.022/2022-18	Outras multas administrativas pela RFB (iii)	1.222.577,90
	Total	13.438.831,44

(i) Trata-se de Manifestação de Inconformidade contra despacho decisório que deixou de homologar compensações de débitos previdenciários requeridas pela empresa referentes aos períodos de 2017 e parte de 2016. Protocolada manifestação de inconformidade em 17/02/2021 em face do



decisório pugnano pela efetivação da imediata regularização da pendência referente ao processo em epígrafe no SIEF (Receita Federal), regularizando, assim, a pendência fiscal indevida, além de: afastar a glosa dos valores decorrentes de recolhimento a maior em razão da adesão à CPRB (Receita Federal) no ano calendário de 2017, seja em razão da existência de decisão judicial que garante tal direito, seja em face da ilegalidade, caráter coercitivo e, ainda, ofensa à Lei nº 12.546/2011 perpetrados em referida glosa; e ante o reconhecimento do direito ao aproveitamento dos créditos objeto dos PER nos autos do Processo Administrativo nº 10480-730881/2015-80, homologar as compensações declaradas em GFIP pela empresa nas competências 01/2017 a 13/2017, abatendo-se o valor aproveitado do saldo restituído no citado processo. Em 08/07/2021 a manifestação foi enviada para a Delegacia de Julgamento (DRJ) competente pelo julgamento. De acordo com a assessoria jurídica o prognóstico de perda é possível.

- (ii) Auto de infração Processo nº 10480-720.437/2022-85 por suposta impossibilidade de creditamento do PIS e da COFINS sobre despesas e custos incorridos na prestação de serviços, em razão de estarem supostamente vinculados a receitas decorrentes de repasses realizados pelo Município do Recife. Protocolada impugnação administrativa em 04/03/2022. Em 30/03/2022 a impugnação foi declarada tempestiva e enviada para à Delegacia de Julgamento (DRJ) competente pelo julgamento. De acordo com a assessoria jurídica o prognóstico de perda é possível.
- (iii) Auto de infração Processo nº 11274-720.022/2022-18 impondo multa isolada pela infração de não recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, incidente sobre a base de cálculo estimada em função da receita bruta e acréscimos e/ou balanços de suspensão ou redução. Protocolada impugnação administrativa em 04/03/2022. Em 30/03/2022 a impugnação foi declarada tempestiva e enviada para à Delegacia de Julgamento (DRJ) competente pelo julgamento. De acordo com a assessoria jurídica o prognóstico de perda é possível.



Nota 21 - Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 6.900.000 integralmente realizado pela Prefeitura da Cidade do Recife.

Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da conta de reserva de capital no valor de R\$ 5.271.493 é remanescente de exercícios anteriores.

Lucros acumulados

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da conta de lucros acumulados no valor de R\$ 3.248.448 é remanescente dos exercícios de 2019, 2020 e 2021.

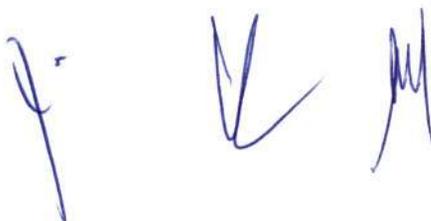
Resultado do exercício

Os resultados apurados ao final do exercício terão a destinação que estabeleça o Conselho de Administração, fixada, desde logo, prioridade para sua utilização no aumento do Capital Social.

Nota 22 - Receita operacional líquida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita de prestação de serviços	7.198.098	7.870.674
(-) Deduções dos serviços		
ISS	(132.006)	(484.584)
PIS	(192.475)	-
COFINS	(357.355)	-
	<u><u>6.516.262</u></u>	<u><u>7.386.090</u></u>

A receita de prestação de serviços é reconhecida pelo efetivo recebimento, ou seja, de acordo com o regime de caixa.



Nota 23 - Custos dos serviços prestados

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Água, energia elétrica, outros	(721.376)	(569.647)
Locações	(5.683.459)	(5.206.426)
Serviços relacionados a TI	(8.627.125)	(5.948.066)
(+) Créditos de PIS/COFINS	776.929	-
Remuneração a pessoal técnico	(23.041.900)	(22.866.288)
	<u>(37.296.931)</u>	<u>(34.590.427)</u>

Considerando a receita operacional líquida em comparação com os custos dos serviços prestados, fica evidenciado que no exercício de 2022 a EMPREL apresentou um prejuízo bruto no valor de R\$ 30.780.669 (Em 2021, apresentou um prejuízo bruto no valor de R\$ 27.204.337). Dessa forma, levando-se em consideração o prejuízo bruto, fica evidenciado que, os custos dos serviços que estão sendo prestados pela EMPREL recebem subsídio por meio das transferências financeiras recebidas da Prefeitura da Cidade do Recife.

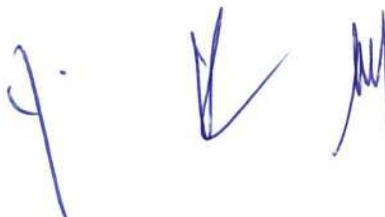
Os créditos de PIS/COFINS são apurados sobre os insumos utilizados para prestação de serviços.

No exercício de 2022 houve um aumento de 0,77% na remuneração do pessoal técnico em relação ao exercício de 2021.

Nota 24 - Despesa com pessoal e encargos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remuneração a pessoal administrativo	(12.151.531)	(12.574.297)
Provisão para contingências trabalhistas	(4.145.034)	-
Encargos patronais	(4.287.052)	(3.873.697)
(+) Reversão de provisões trabalhistas	2.291.529	-
	<u>(18.292.088)</u>	<u>(16.447.994)</u>

No exercício de 2022 houve uma redução de 3,36% na remuneração do pessoal administrativo em relação ao exercício de 2021.



Nota 25 - Despesas gerais e administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços de transporte	(511.132)	(347.527)
Serviços médico-hospitalar, odontológico	(5.215.411)	(4.460.345)
Contrato de terceiros substituição de mão-de-obra	(677.633)	(1.623.728)
Manutenção e conservação	(681.527)	(877.411)
Premiações	(8.700)	-
Outras despesas gerais e administrativas	(2.963.558)	(2.160.136)
	<u>(10.057.961)</u>	<u>(9.469.147)</u>

Nota 26 - Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

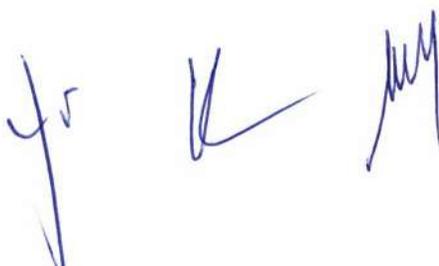
A EMPREL possui práticas de gerenciamento de risco formalizada, que visam orientar em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Assim, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Visão geral

A EMPREL possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da EMPREL para cada um dos riscos acima, os objetivos da EMPREL, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da EMPREL.



Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da EMPREL vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a EMPREL monitora rigorosamente as contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

É o risco da EMPREL não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

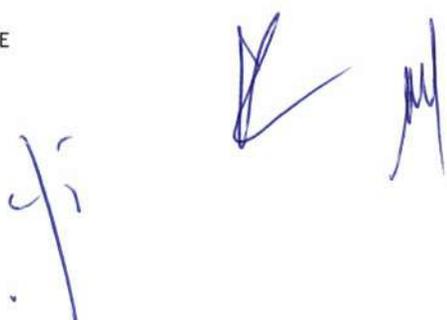
Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

Risco de mercado

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Nota 27 - Partes relacionadas

A EMPREL mantém relacionamento com a Prefeitura da Cidade do Recife, tendo em vista esta última exercer influência significativa nas decisões orçamentárias, financeiras e operacionais, além de ter responsabilidade subsidiária no caso de insuficiência de recursos.



Nota 28 - Cobertura de Seguros

A EMPREL não mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Em 31 de dezembro de 2022 a EMPREL não possuía contratos de seguros em vigor para cobrir eventuais riscos operacionais, de responsabilidade civil, etc., considerando a natureza de sua atividade.

Nota 29 - Eventos subsequentes

A administração da EMPREL considerou os eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2022 até a data de autorização para a emissão das demonstrações contábeis em 16 de março de 2022.

Julgamento de manifestação de inconformidade na esfera administrativa

Em fevereiro de 2023, já findado o prazo estabelecido pela Gerência Geral de Contabilidade do Município (GGCM) por meio do Ofício Circular nº 002/2023 para registros contábeis do exercício de 2022, a EMPREL recebeu da Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil 06 o Acórdão nº 106-028.116 - 15ª Turma/DRJ06 que julgou procedente em parte a manifestação de inconformidade apresentada contra despacho decisório constante no Processo nº 11277.725.892/2020-83, homologando a compensação dos valores originais dos períodos de janeiro a junho de 2017 e de agosto a dezembro de 2017, totalizando o valor de R\$ 4.835.536,26.



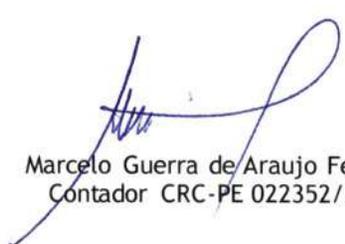
Nota 30 - Informações complementares

No exercício de 2022, ocorrem os seguintes fatos de Interesse Público (Lei nº 13.303/2016, Art. 8º, II, III, IV)

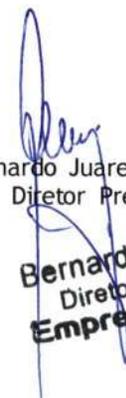
a) Política de divulgação de informações relevantes

Atualização de diretrizes para divulgação e uso das informações, no âmbito da EMPREL objetivando o atendimento aos princípios de transparência, de integridade, equidade das informações, prestação de contas, na ética, na legalidade, na inclusão, na objetividade, na relevância do conteúdo e responsabilidade corporativa, respeitando-se os limites impostos pela lei federal nº 13.709/18 - Lei Geral a Proteção de Dados individuais.

Tal política está em consonância com o art. 8º, inciso III e IV da Lei Federal nº 13.303/2016, bem como contempla outras normas tais quais a Lei Municipal nº 17.866/2013, Decreto 28.527/15, e tem como propósito a adoção das melhores práticas, bem como visa balizar a divulgação de informações relativas a atividades desenvolvidas, estruturas de controle, fatores de riscos, dados econômicos financeiros, remuneração dos administradores, desempenho, políticas e boas práticas de governança corporativa.



Marcelo Guerra de Araujo Ferreira
Contador CRC-PE 022352/O-0



Bernardo Juarez D'Almeida
Diretor Presidente

Bernardo D'Almeida
Diretor Presidente
Emprel Mat. 900486



Vitor Pavesi
Diretor Administrativo-Financeiro

EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMATICA - EMPREL

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – RAI.

ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ANUAIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2022****Aos****Acionista, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da****EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMATICA - EMPREL**

EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE DO TESOURO MUNICIPAL DO RECIFE

Rua do Brum nº 123 – 2º e 3º andares – CEP.: 50030-260 – Recife/PE

CNPJ(MF) nº 11.006.269/0001-00 – Site: www.emprel.gov.br

Prezados Senhores,

1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do **EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMATICA – EMPREL** (“EMPREL”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, excetuando-se os efeitos dos assuntos tratados no parágrafo (2) a seguir intitulado “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMATICA – EMPREL** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

2) Base para Opinião com Ressalva**2.1 Depósitos Judiciais e Cauções**

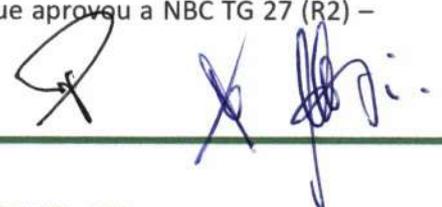
Conforme descrito em nota explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2022, a EMPREL tinha registrado no ativo não circulante, saldos de depósitos judiciais e cauções, oriundos de exercícios anteriores. Os controles internos existentes não foram suficientes para confirmação de individualizada de aludidos créditos, evidenciando-os por instituição fiel custodiante/depositária especificando dados dos processos e seus beneficiários.

2.2. Teste de Recuperabilidade dos Ativos Imobilizado - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.

Consoante mencionado em notas explicativas de nºs 2.3.6 e 10, a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seu Imobilizado conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

2.3. Estudo para Análise de Vida Útil do Imobilizado - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

A Companhia também não efetuou o estudo para análise e determinação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27.



Diante da relevância dos valores tratados nos parágrafos 2.1, 2.2 e 2.3 e da impossibilidade de estabelecermos procedimentos alternativos que pudessem produzir valores precisos para a avaliação do impacto de tais inconformidades técnico contábeis, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, bem como nos demais elementos considerados das demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do Patrimônio Líquido, e dos fluxos de caixa do exercício sob nosso exame.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a EMPREL, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com as ressalvas supramencionadas.

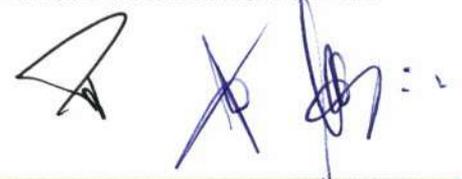
3) ÊNFASES

3.1. Continuidade Operacional

Sem modificar nossa opinião com ressalva já exarada, enfatizamos que as presentes demonstrações contábeis sob nosso exame, foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da EMPREL, que embora tenha apurado um lucro líquido de R\$ 1.973.455 combinado com uma liquidez geral de R\$ 6.568.758. Caso houvesse a necessidade de regularização pela baixa integral dos saldos patrimoniais ativos de R\$ 8.494.912, sem perspectiva de recebimento, para os quais não houve a avaliação e registro da perda, a EMPREL passaria a apresentar uma iliquidez geral de (R\$ 1.926.154) e, por conseguinte, apresentaria um prejuízo líquido de (R\$ 6.521.467,00) reduzindo seu patrimônio líquido de R\$ 17.393.396 para R\$ 9.348.474,00, sinalizando para seus administradores a necessidade de incrementar resultados futuros e/ou aporte de recursos para capital social em montante suficiente para quitação das suas obrigações. Em relação a esse assunto, a administração da EMPREL entende assegurada a continuidade de suas operações pelo fato de que a Prefeitura da Cidade do Recife terá a responsabilidade subsidiária no caso de insuficiência de recursos.

3.2. Eventos Subsequentes Não Retrospectivos

Enfatizamos conforme nota explicativa nº 29, em fevereiro de 2023 a EMPREL recebeu da Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil 06 o Acórdão nº 106-028.116 – 15ª Turma/DRJ06 que julgou procedente em parte a manifestação de inconformidade apresentada contra despacho decisório constante no Processo nº 11277.725.892/2020-83, homologando a compensação dos valores originais dos períodos de janeiro a junho de 2017 e de agosto a dezembro de 2017, totalizando o valor de R\$ 4.835.536,26, não registrado contabilmente devido ao encerramento do prazo de lançamento no sistema do tesouro municipal.



4) Principais Assuntos de Auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Além dos assuntos descritos na seção "Base para opinião com ressalvas" e "Ênfase sobre Continuidade Operacional" entendemos que os assuntos descritos adiante são os principais assuntos de auditoria a ser comunicado em nosso relatório, tais assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre os mesmos.

Para cada assunto abaixo, há descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da EMPREL.

4.1 Processos tramitando administrativamente:

Conforme exaustivamente veiculado em notas explicativas nº 20 a EMPREL figura no polo passivo em ações judiciais que montam em R\$ 4.145.034,43 com prognóstico de perda provável devidamente registradas na contabilidade, e de R\$2.269.992,29 prognosticadas como de possível perda. Além dessas demandas já judicializadas, encontram-se em discussão/contestação na esfera administrativa, manifestações de inconformidade contra despacho decisório denegatório, bem como de autuações (Processo nº 10480-720.437/2022-85 por suposta impossibilidade de compensação do PIS e da COFINS e Processo nº 11274-720.022/2022-18) fisco-tributárias e previdenciárias que montam em R\$13.438.831,44, perfazendo um passivo contingente de R\$ 15.708.823,73 com prognóstico de possível perda, todavia não provisionado contabilmente conforme preconiza a NBC TG 25(R4) do Conselho Federal de Contabilidade - CFC

✓ Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

- Pesquisamos através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ(MF) diretamente junto aos "sítios" dos diversos Tribunais, o registro de ações impetradas, porventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados à identificação, à avaliação, à mensuração e à divulgação das Provisões e Passivos Contingentes.
- Avaliamos com base em testes de substância e de observância, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizadas e metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos Assessores Jurídicos, bem como mediante dados e informações históricas acerca de mérito e jurisprudência a serem consideradas.

- Este trabalho incluiu também analisar se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço normativo do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, notadamente a NBC TG 25(R2) e, se fornecem informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Empresa está envolvida.
- Obtivemos representações de confirmação diretamente dos assessores jurídicos da EMPREL que avaliaram e quantificaram a exposição da EMPREL aos riscos fisco-tributários e previdenciários sob nosso exame;
- Consideramos a opinião de um profissional da área jurídica para auxiliar na avaliação dos argumentos técnicos observados nos documentos elaborados por assessores da EMPREL.
- Cotejamos os dados confirmados nas representações obtidas e os montantes registrados e divulgados nas demonstrações contábeis e notas explicativas;
- Entendemos que as informações divulgadas refletem fielmente os fatos e circunstâncias subjacentes a cada risco fisco-tributário e previdenciário inerentes ao passivo contingente de R\$ 15.708.823,73 mencionado em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a determinação de risco de perda dos processos fiscais e as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

4. Outros Assuntos

4.1) Relatório da Administração

A administração da EMPREL é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria Independente – RAI, foi emitido em 11 de abril de 2022, com opinião adversa decorrente nove ressalvas vinculadas à inexistência de controles internos apropriados e conseqüentemente de falta de evidenciação da existência física de alguns ativo bem como da correta qualificação e quantificação de alguns passivos, bem como ênfase de incerteza de continuidade operacional da EMPREL.

5. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da EMPREL são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da EMPREL.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da EMPREL.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o EMPREL a não mais se manter em continuidade operacional.

- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da EMPREL a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife/PE, 05 abril de 2023.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O-1 CNAI/PI n° 029 - CVM n° 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"

Sócio Sênior – CNAI 1552



Phillippe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"
CNAI 4747



Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 "S"
CNAI 4850

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal da Empresa Municipal de Informática – EMPREL, assistidos pelo Contador da EMPREL, o Sr. Marcelo Guerra de Araújo Ferreira, CRC-PE 022352/O-0, pelo Auditor e representante da empresa AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S, o Sr. Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira e pelo Diretor de Administração e Finanças, o Sr. Vitor Pavesi, analisamos o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis da Empresa Municipal de Informática - EMPREL, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; as Demonstrações Contábeis da EMPREL (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa), e respectivas Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, de opinião com ressalva e, ao final, deliberamos sobre os seguintes assuntos: Corroboramos o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, o qual contém três ressalvas, que resultou em emissão de opinião com ressalva. Incluiu também um parágrafo de ênfase tratando sobre a Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional e o parágrafo com os principais assuntos de auditoria.

1 – Base para opinião com ressalva. 1.1. Depósitos Judiciais e Cauções. Conforme descrito em nota explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2022, a EMPREL tinha registrado no ativo não circulante, saldos de depósitos judiciais e cauções, oriundos de exercícios anteriores. Os controles internos existentes não foram suficientes para confirmação de individualizada de aludidos créditos, evidenciando-os por instituição fiel custodiante/depositária especificando dados dos processos e seus beneficiários. **1.2. Teste de Recuperabilidade dos Ativos Imobilizado - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.** Consoante mencionado em notas explicativas de nºs 2.3.6 e 10, a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seu Imobilizado conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. **1.3. Estudo para Análise de Vida Útil do Imobilizado - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.** A Companhia também não efetuou o estudo para análise e determinação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27.

2- Ênfase. 2.1. Continuidade Operacional. Sem modificar nossa opinião com ressalva já exarada, enfatizamos que as presentes demonstrações contábeis sob nosso exame, foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da EMPREL, que embora tenha apurado um lucro líquido de R\$ 1.973.455 combinado com uma

liquidez geral de R\$ 6.568.758. Caso houvesse a necessidade de regularização pela baixa integral dos saldos patrimoniais ativos de R\$ 8.494.912, sem perspectiva de recebimento, para os quais não houve a avaliação e registro da perda, a EMPREL passaria a apresentar uma iliquidez geral de (R\$ 1.926.154) e, por conseguinte, apresentaria um prejuízo líquido de (R\$ 6.521.467,00) reduzindo seu patrimônio líquido de R\$ 17.393.396 para R\$ 9.348.474,00, sinalizando para seus administradores a necessidade de incrementar resultados futuros e/ou aporte de recursos para capital social em montante suficiente para quitação das suas obrigações. Em relação a esse assunto, a administração da EMPREL entende assegurada a continuidade de suas operações pelo fato de que a Prefeitura da Cidade do Recife terá a responsabilidade subsidiária no caso de insuficiência de recursos. **2.1.2 Eventos Subsequentes Não Retrospectivos** Enfatizamos conforme nota explicativa nº 29, em fevereiro de 2023 a EMPREL recebeu da Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil 06 o Acórdão nº 106-028.116 – 15ª Turma/DRJ06 que julgou procedente em parte a manifestação de inconformidade apresentada contra despacho decisório constante no Processo nº 11277.725.892/2020-83, homologando a compensação dos valores originais dos períodos de janeiro a junho de 2017 e de agosto a dezembro de 2017, totalizando o valor de R\$ 4.835.536,26, não registrado contabilmente devido ao encerramento do prazo de lançamento no sistema do tesouro municipal.

3 – Principais assuntos de auditoria. Destaca-se ainda no relatório dos auditores independentes, dentre os principais assuntos de auditoria: **3.1. Processos na esfera administrativa.** Conforme exaustivamente veiculado em notas explicativas nº 20 a EMPREL figura no polo passivo em ações judiciais que montam em R\$ 4.145.034,43 com prognóstico de perda provável devidamente registradas na contabilidade, e de R\$2.269.992,29 prognosticadas como de possível perda. Além dessas demandas já judicializadas, encontram-se em discussão/contestação na esfera administrativa, manifestações de inconformidade contra despacho decisório denegatório, bem como de autuações (Processo nº 10480-720.437/2022-85 por suposta impossibilidade de compensação do PIS e da COFINS e Processo nº 11274-720.022/2022-18) fisco-tributárias e previdenciárias que montam em R\$13.438.831,44, perfazendo um passivo contingente de R\$ 15.708.823,73 com prognóstico de possível perda, todavia não provisionado contabilmente conforme preconiza a NBC TG 25(R4) do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Os membros do Conselho concordaram com esse item dos principais assuntos de auditoria. Os membros do Conselho Fiscal ressaltaram ainda a necessidade da administração e assessoria jurídica da EMPREL monitorarem essas contingências com o prognóstico de perda possível, para se ter uma avaliação constante sobre o andamento dos autos de infração. De nossa análise e também com base no Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da EMPREL e nos demais documentos analisados, achando tudo na melhor ordem, aprovamos as respectivas demonstrações contábeis e as notas explicativas da administração às demonstrações contábeis, com as mesmas ressalvas dos auditores independentes, que resultaram em emissão de opinião com ressalva. Ressalta-se a necessidade da gestão

da Emprel em atuar junto às instituições financeiras para realizar a circularização quanto aos Depósitos Judiciais e Cauções, assim como dar andamento aos trabalhos da comissão de avaliação do Ativo Imobilizado procedendo ao devido inventário, avaliação do valor dos bens, sua vida útil e realização do teste de recuperabilidade, de modo a realizar os ajustes contábeis que permitirão resolver em definitivo as presentes ressalvas que perduram pelo segundo exercício seguido. Atendidos os preceitos formais e legais para a elaboração do aludido documento, submetemos o Parecer do Conselho Fiscal a apreciação e deliberação do Conselho de Administração, nos termos da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, recepcionada através do Art. 7º da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e incorporado ao Estatuto e Regimento Interno, recomendando a aprovação das demonstrações contábeis e das notas explicativas da administração às demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, com as mesmas ressalvas do auditor independente, que resultaram em emissão de opinião com ressalva e com seção de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da EMPREL.

Recife (PE), 28 de abril de 2023.

 ASSINADO DIGITALMENTE POR
JOSE RICARDO WANDERLEY DANTAS DE OLIVEIRA
CPF: ***.021.954-34 DATA: 28/04/2023 12:04
LOCAL: RECIFE - PE
CODIGO: ba23153a-b493-4cb1-b94d-f53e812a9400
REGULADO PELO DECRETO MUNICIPAL N° 33.682 de 25/05/2020 (RECIFE-PE)

Nome: José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira
CPF: 457.021.954-34
Presidente do Conselho

BRUNA DO REGO BARROS Assinado de forma digital por
BRUNA DO REGO BARROS
MADUREIRA:0971402841 MADUREIRA:0971402841
8 Dados: 2023.04.28 15:33:23

Nome: Bruna Rego Barros
CPF: 097.140.284-18
Conselheira

 ASSINADO DIGITALMENTE POR
ADRIANO FREITAS FERREIRA
CPF: ***.248.574-87 DATA: 28/04/2023 15:26
LOCAL: RECIFE - PE
CODIGO: 8644a288-fd3a-408f-98be-de972771f50a
REGULADO PELO DECRETO MUNICIPAL N° 33.682 de 25/05/2020 (RECIFE-PE)

Nome: Adriano Freitas Ferreira
CPF: 640.248.574-87
Conselheiro